

# CONCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE JACARAÚ - PB

Daiana Mariano da Silva  
Graduada em Pedagogia – Campus IV- UFPB  
daianapazebem@hotmail.com

Francymara Antonino Nunes de Assis  
Professora do Departamento de Educação – Campus IV- UFPB  
francym@terra.com.br

## RESUMO

A educação inclusiva é uma temática que tem sido intensamente discutida em todo o mundo. Ela é reconhecida como uma educação voltada para os direitos humanos, que compreende as diferenças como propulsoras da aprendizagem, sendo fundamental para a construção do respeito mútuo. A escola inclusiva é aquela onde todos aprendem no mesmo ambiente educacional. Porém, sabe-se que a inclusão educacional ainda não é uma realidade em muitas escolas. Deste modo, este trabalho objetivou compreender como professores de escolas municipais de Jacaraú compreendem a educação inclusiva. Tivemos como campo de pesquisa três escolas municipais urbanas. O processo metodológico se deu através de aplicação de questionário a professores da sala de aula regular de ensino e professores da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os resultados nos permitem apontar que ainda existem muitas barreiras à efetivação da educação inclusiva no município de Jacaraú, tais como: ausência de formação continuada para os professores, carência de professores especialistas para dar suporte ao estudante com deficiência na sala de aula regular, entre outras. Entendemos que a educação inclusiva é uma prática desafiadora, porém de possível efetivação quando há ações comprometidas e mobilizadoras por parte dos que fazem a educação.

**Palavras – chave:** Educação Inclusiva; Necessidades Educacionais Especiais; Docentes.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo a educação inclusiva, que tem sido intensamente discutida em todo o mundo. Mantoan (2006a) define educação inclusiva como:

[...] um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela

proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (MANTOAN, 2006, p.40).

Nesse campo de conhecimento, debates realizados em congressos, convenções e conferências deram origem a leis, decretos e políticas públicas para o atendimento educacional das pessoas com deficiência, inclusive no Brasil. Porém, poucos foram os resultados da implementação dessas políticas para o sucesso da aprendizagem desses sujeitos.

Embora tenhamos a proposta da inclusão em nível social e educacional, muitas barreiras ainda precisam ser vencidas com relação à inclusão educacional de todas as pessoas. Temos avançado na legislação, porém, muitos que ainda se sentem confusos quanto a esta proposta.

Mesmo diante de situações às vezes difíceis no processo da promoção da inclusão, a escola não deve fechar os olhos à importância do desenvolvimento de uma Educação Inclusiva, pois ela contribui significativamente para a formação humana, uma vez que convivendo com as diferenças, é possível construir conhecimentos de forma interativa, pois sempre há algo para aprender com o outro, ampliando assim a possibilidade da formação de sujeitos aptos ao respeito da singularidade.

A legislação promulga que toda criança deve ser matriculada, sem distinção, na escola pública regular. No entanto, sabe-se que é preciso muito mais que a garantia do acesso do aluno com deficiência à sala de aula para o efetivo sucesso da inclusão escolar. Está inserido em uma sala regular de ensino não é garantia de promoção da inclusão. O que efetivamente contribui para a inclusão é a garantia de que todos os educandos com ou sem deficiência sejam ativos do processo de ensino e aprendizagem, sob a ótica do respeito às diversas potencialidades.

É importante que o docente busque compreender as características específicas de cada aluno, quais as suas maiores dificuldades, e essencialmente, descobrir a melhor forma de comunicação entre professor/aluno, a partir da realidade do educando. É também significativo o envolvimento de toda equipe escolar e dos familiares, pois a implementação da Educação Inclusiva não deve ser responsabilidade apenas do docente, mas de todos que compõem a escola.

Nosso trabalho objetivou compreender como professores de escolas municipais de Jacaraú compreendem a educação inclusiva.

O público alvo da pesquisa foram 19 professores da rede regular de ensino do 1º ao 5º

ano do ensino fundamental e 2 professoras das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) de três escolas municipais. São elas: a Escola de Ensino Infantil e Fundamental Alzira Toscano Lisboa, Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Neuza Medeiros Alves e a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Senador Ruy Carneiro, que se localizam na zona urbana.

## 2. O MUNICÍPIO DE JACARAÚ

**Figura 01:** Imagem aérea do município de Jacaraú/PB



**Fonte:** <http://booknewsjacarau.blogspot.com.br/2014/09/historia-de-jacrau.html>

O município de Jacaraú<sup>1</sup>, na Paraíba, fica a 96 km da capital. É um município de aproximadamente 13.952 habitantes, sua área territorial corresponde a 253,206 km<sup>2</sup> e localiza-se na Mesorregião da Mata Paraibana, na Microrregião do Litoral Norte. A região metropolitana corresponde ao Vale do Mamanguape.

Quanto à historiografia do seu nome, não se tem comprovação, entretanto algumas investigações indicam que existia a princípio na região um fruto, que os pioneiros apreciavam, conhecido pelo nome de Jaracatiá (Tupi Yarakati'a), uma planta da família das caricáceas, de onde pode ter surgido o nome Jacaraú. Sabe-se, ainda, que existia na região uma lagoa com muitos jacarés. Devido a esse fato, seu primeiro nome foi Vila do Jacaré, posteriormente Mamoeiro-do-Mato, que poderia ser conhecida como região de Jaracatiá. Com o fim dos mamoeiros, não se viu sentindo manter esse nome na vila, que foi denominada de Jacaraú, seu atual nome.

---

<sup>1</sup> As informações aqui apresentadas sobre os aspectos geográficos e da origem do nome do município de Jacaraú/PB se encontram disponíveis em:  
<http://booknewsjacarau.blogspot.com.br/2014/09/historia-de-jacrau.html>

Jacaraú foi Distrito de Mamanguape, passando a ser cidade através da Lei 2604/61, sancionada no dia 30 de janeiro de 1961 pelo então governador Pedro Gondim.

A cidade tem grande destaque na produção de castanha de caju. Tal atividade é tradição e fonte de renda para mais de 100 famílias. Outro destaque econômico do município é a criação de aves, além do comércio, que movimentam a economia do local<sup>2</sup>.

### **3. BREVE CONCEITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A inclusão deve fazer parte de todo ambiente escolar e social, desse modo, faz-se necessário a compreensão de seu objetivo, para que ela se desenvolva de forma adequada. Concordamos com Sasaki (1997) quando o autor define a inclusão como:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (SASSAKI, 1997, p. 41).

Na atualidade, a inclusão escolar surge como um pressuposto da dignidade humana, visto que as diferenças inerentes às pessoas não devem ser barreiras para o convívio social.

Mantoan (2003) afirma que:

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para atender e viver a experiência da inclusão. (MANTOAN 2003, p.91).

A diferença é uma realidade que faz parte de nossa existência, porém nem sempre a sociedade dirige um olhar solidário para as pessoas ditas “diferentes”, como as que têm deficiência. O preconceito é visível. De forma corriqueira as pessoas dirigem o olhar não para as potencialidades das pessoas, mas para sua aparência, deixando transparecer o preconceito com o “diferente” nos vários ambientes, inclusive no escolar.

Mantoan (2004) ressalta que:

---

<sup>2</sup>As informações sobre a economia do município de Jacaraú/PB foram adquiridas em: <http://www.pa/PBraibatotal.com.br/noticias/2014/02/03/46526-producao-de-castanha-de-caju-movimenta-economia-de-jacarau>.

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada. (MANTOAN, 2004, p. 81).

Nessa perspectiva, a escola é um lugar de manifestação da diversidade, espaço no qual se deve buscar sempre atingir a promoção de uma educação eficiente para todos. Desta maneira, a proposta da educação inclusiva consiste na implementação da educação para todos.

Ainda segundo a autora:

A inclusão é uma inovação cujo sentido tem sido muito distorcido, e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação - e assim diz a Constituição! (MANTOAN, 2006a, p.2).

A promoção de uma educação eficiente para todos requer da escola mais que a aceitação da matrícula, é preciso vivenciar a valorização da identidade de cada sujeito, alargando a possibilidade da quebra do preconceito diante das “diferenças”, construindo laços de respeito mútuo.

No contexto educacional, a educação inclusiva traz uma nova característica para a escola, entendida não mais como espaço ao qual o discente deve se adaptar, mas sim como local de acolhimento e de celebração da diferença como propulsora da aprendizagem, garantindo a permanência, o desenvolvimento educacional cidadão e o respeito às necessidades educacionais de todos os estudantes.

Nessa linha de pensamento, Mantoan (2006a), reafirma:

[...] o motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão. (MANTOAN, 2006 p.2).

Dessa maneira, para que haja a implementação da Educação Inclusiva, é preciso um conjunto de ações que harmoniosamente se correlacionem.

A inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular requer um repensar pedagógico, na perspectiva de melhor proporcionar o processo de ensino e aprendizagem para este sujeito. É importante também que haja a adequação curricular e arquitetônica.

Sabemos que é desafiador para o docente a realidade da promoção da inclusão. Apesar de o tema ser debatido há algum tempo, inúmeros professores ainda se encontram despreparados para lidar com a educação inclusiva e, mesmo assim, têm em sua sala de aula alunos com deficiência. Diante desse quadro, é fundamental que o docente considere tais alunos como sujeitos de direitos, que não devem ser penalizados pelas falhas de um sistema muitas vezes inoperante. Mesmo com as falhas do sistema, não se pode ignorar a presença das pessoas com deficiência, e assim, deve-se buscar meios de promover práticas que colaborem com a inclusão, na perspectiva de torná-la possível.

Estas práticas podem ser realizadas pelo professor, buscando desenvolver estratégias de ensino que integre a participação de todos os discentes sem “descartar” os rotulados como “incapazes”. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) ressalta que:

A educação inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.14).

Desta maneira, fica evidente que a educação inclusiva visa o fortalecimento de uma educação de qualidade. Para sua implementação, é necessária a participação de todos, desde os profissionais da educação, educandos, família e comunidade. À escola cabe fortalecer o vínculo da inclusão no seu ambiente, gerando atitudes favoráveis ao aprendizado de todos, promovendo os meios de atender às necessidades de cada educando.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A educação inclusiva tem o propósito de promover uma educação para todos, sem qualquer “seleção” prévia, apostando na relação com a diversidade como oportunidade de

crescimento pessoal, tanto no âmbito da aprendizagem quanto no respeito às diferenças. Porém, sabemos que a conscientização com relação à importância do respeito às diferenças ainda não atingiu o nível desejável por todos aqueles que sonham com uma sociedade mais justa e igualitária.

Sendo a escola percebida como o lugar de grande contribuição ao desenvolvimento educacional e cidadão de seus educandos, ela deve buscar fortalecer o respeito às diferenças de cada indivíduo. Desta maneira, compreendemos que as relações construídas no ambiente escolar tem um papel importante na nossa vida.

Ter acesso à educação de qualidade não é mais um privilégio de poucos, é direito de todos. Desse modo, é dever da escola preocupar-se com a qualidade da educação ofertada, devendo responder aos quesitos de uma educação plenamente inclusiva. Diante da significativa importância da inclusão educacional na escola regular, a presente pesquisa buscou compreender a concepção de professores sobre educação inclusiva em escolas municipais do município de Jacaraú/PB.

Foram aplicados questionários a professores de sala de aula regular de ensino e a professoras de salas de Atendimento Educacional Especializado nas escolas campo de pesquisa. Os referidos questionários não exigiram identificação dos participantes.

Nesse momento, passamos a apresentar os resultados obtidos com a aplicação do questionário aos professores da sala de aula regular. Iniciaremos com a apresentação do perfil dos professores, apresentados na tabela a seguir.

**Tabela 01:** Perfil dos professores colaboradores da pesquisa

<b>CATEGORIA</b>	<b>RESULTADOS DE MAIOR PREVALÊNCIA</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Idade	Dos 30 aos 39 anos	63%
Gênero	Feminino	84%
Formação acadêmica	Nível superior	100%
Graduação	Pedagogia	60%
Ano de conclusão da graduação	10 anos	21%
Pós-graduação	Psicopedagogia	77%
Ano de conclusão da Pós-graduação	2 anos	31%
Atuação docente	De 11 a 20 anos	53%
Turnos de trabalho	Dois turnos	68%

**Fonte:** Questionário aplicado aos professores. Dezembro de 2014.

Na tabela 01, podemos ter um panorama geral dos professores que colaboraram com a pesquisa. Na categoria de idade é possível perceber que se encontram na faixa dos 30 aos 39 anos, quanto ao gênero a maior prevalência é feminina, todos os professores têm nível superior, o que é muito significativo para o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem mais qualificado, como também é importante perceber que 60% destes sujeitos têm formação na área da Pedagogia, o que lhes garante o perfil necessário para atuar em sua área de competência. Podemos perceber também que 77% dos professores buscaram por uma pós-graduação em Psicopedagogia, o que induz a uma reflexão: estariam eles em busca de compreender melhor as dificuldades de aprendizagem do seu cotidiano de trabalho?

Observa-se que 53% dos professores são profissionais já experientes no exercício docente, e 68% trabalham nos dois turnos. Compreendemos que o exercício da docência em dois turnos, tendo em vista que a longa jornada de trabalho pode se tornar muito exaustiva, requer do profissional grande habilidade para exercê-la com qualidade, especialmente se considerarmos que, via de regra, os professores levam atividades do trabalho para casa, o que acaba interferindo na sua vida pessoal.

Podemos inferir que os professores buscam, a partir de um processo de qualificação profissional, aprimorar sua prática docente, o que poderia ajudar a promover uma educação mais inclusiva. A pós-graduação pode, também, assegurar aos professores o conhecimento necessário para lidar com a realidade das diferenças de seus educandos, desenvolvendo assim práticas educativas mais qualificadas. As Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica (MEC, 2000) salientam que ao professor cabe:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (MEC, 2000, p. 5.).

Ao mesmo tempo, sabemos que a precarização das condições de trabalho, como sugere a dupla jornada de trabalho de muitos professores que participaram da pesquisa, interfere de modo negativo na construção de uma educação mais qualificada e de sistemas escolares mais inclusivos, que contribuam com um efetivo desenvolvimento educacional de todos os educandos.



Entendemos que a educação inclusiva se desenvolve através do trabalho de muitos atores. Dentre eles, um dos principais é o professor, portanto, é imprescindível compreender sua realidade, assegurando-lhe as condições necessárias para a prática da inclusão educacional.

Após conhecermos o perfil dos professores da sala regular, conheceremos agora as concepções destes profissionais sobre a educação inclusiva, manifestas nas respostas aos questionários aplicados.

Quando questionados sobre se sentem preparados para ensinar crianças com deficiência na escola regular identificamos que 74% dizem não se sentir preparados para tal, ainda que a legislação brasileira proponha que a formação inicial de professores deve garantir a capacitação para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Percebemos que, para esse grupo de professores, a formação recebida não foi suficiente para diminuir a insegurança diante da diversidade encontrada na sala de aula.

Sabemos que a formação do professor é um fator importante para o desenvolvimento deste modelo educacional, tendo em vista que ele deve desenvolver uma prática que atenda a realidade de cada educando, buscando potencializar o que ele tem de melhor.

Quanto ao nível de conhecimento sobre a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 47% dos professores afirmaram ter bom nível de conhecimento sobre esta Política, e 37% disseram ter conhecimento regular. Consta-se, portanto, que os professores em sua maioria possuem algum conhecimento sobre a Política Nacional de Inclusão Educacional, o que indica que estes profissionais têm noções quanto aos objetivos de uma educação traçada na perspectiva de ações inclusivas.

Quando perguntamos se escola onde trabalha está preparada para a promoção da educação inclusiva apenas 21% dos professores consideram que a escola onde atuam está preparada para a promoção da educação inclusiva, enquanto que 79% acreditam que sua escola não está preparada para a promoção da educação inclusiva.

Nesse contexto, ressaltamos que a implementação da educação inclusiva requer ações mobilizadoras por parte de todos os envolvidos na rede educacional, caso não exista o interesse dos atores envolvidos no processo, ela terá pouca probabilidade de ser efetivada.

Segundo Mantoan (1997):

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas, e assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120)

Desta maneira, a disponibilidade para reconfigurar o ambiente escolar para a promoção da Educação Inclusiva é um fator crucial para o seu sucesso, o que parece não estar acontecendo no Município de Jacaraú.

Quanto à opinião sobre a proposta da Educação Inclusiva, 84% dos professores entende que ela implica na adaptação da escola regular para atender às necessidades educacionais de todas as crianças, inclusive, as com deficiência. Percebemos que há uma porcentagem significativa de professores que entendem o que implica a educação inclusiva. Reconhecer que é a escola que deve se adaptar para acolher a todos é muito importante, porém, é preciso ter consciência de que a Educação Inclusiva precisa sair da esfera do discurso e adentrar no território das ações efetivas. Um conhecimento que não se traduz em ações não poderá ser proveitoso para a efetivação da inclusão educacional.

No tocante a oferta municipal de formação continuada sobre Educação Inclusiva, 84% dos professores afirma que no município de Jacaraú não há oferta de capacitação sobre educação inclusiva, enquanto que 16% afirmam haver. Cabe ressaltar que o município dispõe de transporte para levar os alunos com necessidades educacionais especiais ou deficiência para a FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência, localizada em João Pessoa)<sup>3</sup>. Do mesmo modo, disponibiliza o transporte para professores que se dispuserem a fazer cursos na área de educação inclusiva, porém, essa é a única forma de apoio, não há nenhum outro incentivo para auxiliar o professor nessa jornada. Talvez por essa razão 16% dos professores assinalam haver capacitação. Já os 84% que negam a existência de capacitação profissional para a inclusão provavelmente o fazem porque não consideram a disponibilidade de transporte para apoio educacional em outra cidade como uma ação efetiva do próprio município em favor da inclusão.

A formação continuada é de grande importância para o aperfeiçoamento do exercício da educação inclusiva, devendo ser compartilhada com trocas de experiências pelos indivíduos inseridos neste processo. Assim, os professores devem estar abertos à formação continuada, cabendo à escola buscar promovê-la no propósito de um melhor funcionamento do atendimento a todos os seus educandos.

Quanto à formação, Mantoan (2006b) afirma que:

---

<sup>3</sup> Ver mais em: [http://www.funad.pb.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=62&Itemid=103](http://www.funad.pb.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=103)

[...] todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização. (MANTOAN, 2006, p.60).

A formação continuada sobre educação inclusiva deve permitir ao professor refletir sobre a aprendizagem dos educandos, na perspectiva de aprimorar sua atuação docente de modo que esta favoreça a aprendizagem de todos.

As opiniões sobre o apoio ao desenvolvimento de práticas pedagógicas que contribuam com a promoção da Educação Inclusiva encontram-se bem divididas: 21% dos professores não atribuíram nota ao apoio recebido para a implementação da inclusão, 16% situaram este apoio como muito bom (6-8), 26% apontaram ser regular (1-2), e 37% situam o referido apoio como bom (3-5). A prática pedagógica é a alma do fazer docente, portanto precisa ser desenvolvida com compromisso e responsabilidade pelos professores, porém, sabemos que é indispensável a estes um apoio pedagógico que colabore com a construção da Educação Inclusiva. Segundo Mantoan (2002):

Para ensinar a turma toda, deve-se propor atividades abertas, diversificadas, isto é, atividades que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão e de desempenho dos alunos e em que não se destaquem os que sabem mais ou os que sabem menos. Em síntese, as atividades são exploradas segundo as possibilidades e os interesses dos alunos que optaram livremente por desenvolvê-las. (MANTOANA, 2002, p.20).

Se o professor orienta seu trabalho nessa perspectiva, percebemos que respeita o potencial de cada educando no dia a dia do fazer docente, pois ao professor é atribuída a missão de apoiar o educando quanto ao “[...] equilíbrio entre o aspecto afetivo e intelectual das aprendizagens, mantendo a motivação, a curiosidade e a concentração necessárias à sustentação do sujeito, na busca da solução de problemas.” (MANTOAN, 1997, p.56).

Sobre as dificuldades quanto ao ensino de crianças com deficiência, 12% assinalaram ter dificuldades na transmissão do conteúdo programático, 20% assinalaram dificuldades no processo de avaliação, 28% assinalaram dificuldades para compreender as necessidades educacionais da criança e 40% dos professores apontaram a falta de conhecimento teórico-prático sobre as metodologias voltadas para a educação de crianças com deficiência.

Entendemos que a escola deva se preocupar com o fortalecimento da qualidade do ensino desenvolvido pelo seu corpo docente, portanto, ela deve buscar oportunizar aos seus docentes a formação que segundo Mantoan (2006a) deve:

[...] possibilitar-lhes a disseminação de conhecimentos sobre pessoas com necessidades educacionais especiais, pela elaboração de referências teórico-práticas sobre a aprendizagem e o ensino dessa população e pela construção de referenciais de ação político-administrativo com vistas a de fato, garantir educação para todos. (MANTOAN, 2006, p.68)

Entendemos que é direito de todo educando estar na escola, porém, é preciso uma constante reflexão sobre como a escola recebe este educando e sobre o tipo de aprendizagem que lhe é ofertado. Quando se fala em aprendizagem, logo se faz referência ao professor, entretanto, aludimos que o desenvolvimento da aprendizagem acontece em um processo contínuo que envolve outros elementos, como a participação da família, disponibilidade de materiais didáticos na escola, apoio a prática pedagógica do professor, e principalmente, oferta de formação continuada para que o professor possa estar em constante atualização de suas práticas educativas, contemplando uma aprendizagem significativa para todos os seus educandos. Por outro lado, é necessários reconhecer que não se alcança a inclusão apenas com a realização das formações, é preciso que o conhecimento adquirido se efetive em ações, o que possivelmente permitirá melhor resultado no cotidiano escolar.

Passaremos neste momento a conhecer a prática desenvolvida nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), a fim de termos acesso ao cotidiano desse atendimento no município de Jacaraú.

O atendimento na sala de Atendimento Educacional Especializado é um auxílio ao desenvolvimento do educando com necessidades educacionais especiais. Merece destaque o fato de que a frequência na sala de AEE não exclui a frequência na sala de aula regular. Ambas, em parceria, deverão proporcionar melhores condições ao processo de escolarização dos referidos educandos. Sabendo da importância do atendimento da sala de AEE para os educandos com necessidades educativas especiais, buscamos conhecer como é desenvolvido este atendimento no cenário das escolas do município de Jacaraú/PB que dispõem desse equipamento. Ressaltamos que os questionários foram aplicados às únicas

professoras<sup>4</sup> de salas de AEE do município, que no caso correspondem às escolas participantes deste estudo.

Nossa primeira abordagem foi sobre o entendimento das professoras quanto ao objetivo do atendimento de alunos com necessidades educativas especiais na sala de AEE.

Vejam as respostas de nossas colaboradoras:

“Tem o objetivo de desenvolver a aprendizagem dos alunos, partindo de suas dificuldades, seja ela na leitura, escrita, cálculos matemáticos e outros. Utilizando jogos pedagógicos e estratégias para melhor assimilar os conteúdos propostos. Também contribuir para o reconhecimento do Eu, e habilidades de auto- independência”. (Professora D, 2014).

“O objetivo principal da sala de recurso é promover um atendimento diferenciado, buscando atender as necessidades educacionais especiais de cada criança de acordo com as necessidades de suas deficiências. Objetivamos trabalhar a autonomia na escola e fora dela, complementando a formação do aluno fazendo adaptações no processo de ensino, buscando meios que possibilitem melhor a aquisição do conhecimento e socialização do aluno com a escola, quebrando assim as barreiras da exclusão”. (Professora E, 2014)

A partir das respostas apresentadas notamos que a professora D trouxe uma resposta particular, enquanto que a professora E baseou-se nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o que nos indica seu conhecimento sobre a mesma. Diante do exposto, podemos perceber que as professoras possuem clareza do propósito do atendimento especializado na sala de AEE. Acreditamos que quando se tem conhecimento dos objetivos de sua atividade, ela passa a ser desenvolvida com um novo propósito e significado, que é o que se espera do atendimento nas salas de AEE. Nesse sentido, o professor deve estar comprometido com o estudo contínuo para que suas práticas contribuam para o processo da inclusão educacional de seus educandos. Mantoan (2006a) acredita que:

“não há como mudar práticas de professores sem que os mesmos tenham consciência de suas razões e benefícios, tanto para os alunos, para a escola e para o sistema de ensino, quanto para seu desenvolvimento profissional”. (MANTOAN, 2006, p.59).

Após esta questão, buscamos saber sobre como funciona o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais na sala de AEE.

Seguem, abaixo, as respostas das professoras:

---

<sup>4</sup> A fim de conservar a identidades das professoras as identificaremos como professora D e professora E.

“O atendimento é realizado individualmente ou em grupo, com duração de 1 hora cada atendimento, uma vez por semana. São atendidos os alunos matriculados na Escola (que tem sala de recurso) ou os alunos das Escolas vizinhas que sejam da rede municipal”. (Professora D)

“Funciona de forma diferenciada procurando atender cada deficiência a seu modo, a fim de promover uma aprendizagem significativa e satisfatória onde seja trabalhado não apenas leitura e escrita, mas também o social, cognitivo e psicomotor. Os atendimentos são realizados no contraturno, são individuais e/ou em grupos, de forma dinâmica, seguindo sempre um planejamento individual levando em conta as principais necessidades dos alunos. As aulas são realizadas com materiais pedagógicos desde literaturas, jogos e materiais concretos, as atividades são lúdicas e criativas, como brincadeiras, recorte e colagem, leitura, escrita, jogos da memória etc.”. (Professora E)

A partir das respostas obtidas pudemos perceber que o atendimento da sala de AEE é ofertado também para os educandos de escolas que não possuem este atendimento, o que significa uma atitude positiva na construção de um sistema escolar mais inclusivo. No tocante a forma do atendimento, percebe-se que a professora D limitou-se apenas a informar que se realizam uma vez por semana, com duração de 1 hora, já a professora E expôs uma tendência a fazer desse atendimento algo mais significativo, respeitando as deficiências de cada educando e se preocupando com o desenvolvimento educacional e social necessários ao sucesso educacional dos estudantes, como nos indica Carvalho (2004):

Para incluir (inserir, colocar em) um aluno com características diferenciadas numa turma dita comum, há necessidades de se criarem mecanismos que permitam, com sucesso, que ele se integre educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores e com objetos do conhecimento da cultura. Tarefa complexa, sem dúvida, mas necessária e possível. (CARVALHO, 2004, p.176).

Dando sequência a discussão, nossa próxima questão tratou de conhecer os maiores desafios enfrentados no exercício do trabalho na sala de AEE.

As professoras assim responderam:

“Um dos desafios para mim é a criança com deficiência, a cada dia está chegando mais crianças com deficiência na Escola, com suas variedades de deficiência, deficiente físico, hiperativo, deficiente visual, deficiente auditivo, entre outros transtornos... Cada um com sua individualidade, história de vida, deficiência. É para mim um desafio profissional, estimular a permanência das mesmas na sala de aula regular, uma vez que são tão esquecidas pelos profissionais da Educação. Mostrar para os alunos com

deficiência que eles são capazes de seguir e continuar, independente de sua deficiência e limitação”. (Professora D).

“O maior desafio tem sido em relação à cobrança de pais e alguns professores da sala regular no que diz respeito a aprendizagem dos alunos. Muitos deles acreditam que no momento em que o aluno especial frequenta a sala de recurso terá por obrigação sair lendo e escrevendo, ou desenvolvendo habilidades antes não realizada. Sabemos que a educação é um processo contínuo e o atendimento especializado não é diferente, somos cobrados muitas vezes para desenvolver competências que infelizmente nunca serão alcançadas pela criança, ou seja, não podemos desenvolver atitudes e atendimentos que competem a outros profissionais como: psicólogos, psiquiatras, neuros, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, entre outros. A sala de recurso não é aula de reforço, nem muito menos consultório médico. Nossa missão é auxiliar o aluno no processo de ensino aprendizagem, desenvolvimento motor e cognitivo, não podemos ir além daquilo que nos compete. (Professora E).

Percebemos na resposta da professora D que seu desafio é estimular a frequência do educando também na sala regular. A professora ainda ressalta o descaso dos profissionais da educação com estes sujeitos. Sabemos que o despreparo das escolas quanto à promoção da Educação Inclusiva é uma realidade em muitos ambientes educacionais, mas cabe aos profissionais da educação as ações demandadas por esse processo, ao invés do comodismo. Nessa direção, Mantoan (2006c) ressalta que:

“Se o que pretendemos é uma escola inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”. (MANTOAN, 2006, p.16).

Para a professora E, seu desafio é a cobrança dos pais e a incompreensão de alguns professores da sala regular quanto ao desenvolvimento dos educandos com necessidades educacionais especiais. É necessário compreendermos que somos seres diferentes tanto no aspecto físico quanto no desenvolvimento da aprendizagem, conforme nos indica Knox e Stevens apud Belan e Fernandes (2006):

[...] uma criança em cada estágio de seu desenvolvimento, em cada uma dessas fases, representa uma singularidade qualitativa, isto é, uma estrutura orgânica e psicológica específica; representa um tipo de desenvolvimento único, qualitativamente diferente (KNOX e STEVES apud , BELAN e FERNANDES 2006, p.13).

Dito de outro modo, cada educando evolui de acordo com a sua singularidade e, portanto, não deve ser alvo de comparações entre seus pares. Sabemos também que é muito

importante o apoio de outros profissionais a esse educando, como os indicados pela professora E.

Assim, com relação às questões expostas pelas professoras das salas de recurso, podemos afirmar que o atendimento desenvolvido no município de Jacaraú/PB parece trilhar o caminho necessário para a implementação de um sistema escolar mais inclusivo, salve algumas inadequações já referidas. Sentimos que, em meio aos desafios cotidianos, as professoras buscam exercer sua função da forma mais qualificada possível, dentro do contexto de sua realidade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação inclusiva deveria ser uma realidade em todos os ambientes educacionais, porém, sabemos que embora existam vários debates e políticas públicas acerca desta temática, ela ainda não se caracteriza como uma realidade no cenário das escolas públicas brasileiras.

Pensar na educação inclusiva é vislumbrar uma educação de caráter humanista, tecida sob o prisma da valorização das “diferenças”, de forma a reconhecer o outro como sujeito de direitos. Esta conscientização poderá contribuir para a efetiva promoção da educação inclusiva, onde cada membro da comunidade escolar possa respeitar-se mutuamente.

A educação inclusiva requer um empenho diário dos que buscam promovê-la, pois ela se realiza de modo processual e reflexivo, possibilitando desta maneira que as ações possam ser reconfiguradas ou replanejadas.

Quanto aos docentes, é preciso que haja o suporte necessário para que o exercício da educação inclusiva não seja um fardo, o que gera resistências a sua implementação. A inclusão educacional deve ser compreendida para além da dimensão técnica da educação, ela deve ser percebida em seu significado humano.

Ao poder público também compete mobilizar ações que viabilizem a efetivação da educação inclusiva, ao invés de apenas mascará-la, negligenciando a qualidade de ensino de todos os educandos.

Entendemos que a prática da educação inclusiva tem representado grande desafio para as escolas, muitos professores ainda se sentem despreparados para enfrentá-lo, tendo em vista que o educando com deficiência está na sala de aula para aprender e não apenas para a socialização.



É preciso que as escolas busquem construir o novo modelo educacional da contemporaneidade, que é a educação inclusiva, adequando-se, tanto quanto possível, para promovê-la numa perspectiva de qualidade.

Neste propósito, esta pesquisa nos permitiu constatar que a maioria dos professores do município de Jacaraú, um total de 79% do público da pesquisa, não se sente preparado para a promoção da educação inclusiva. O sentimento de despreparo parece impedir a construção de práticas educativas mais inclusivas e/ou experiências de inclusão exitosas. Também não há projeto específico que a contemple, o que está disposto em legislação é apenas uma gratificação para os professores que trabalham com o público de alunos com necessidades educativas especiais. Os professores que realizam o atendimento educacional especializado na sala de aula regular e não têm o suporte de outro professor para auxiliá-lo em seu trabalho.

Notamos assim que no município de Jacaraú existem barreiras a serem superadas para a implementação de um educação mais inclusiva.

O percurso desta pesquisa nos permite concluir que a educação inclusiva ainda é vista como um processo complexo, porém, possível de ser efetivado quando se acredita no potencial de todos os educandos e se trabalha coletivamente. Incluir não é apenas inserir o estudante com deficiência ou necessidades educacionais especiais em uma sala de aula regular, é dar condições de construção da aprendizagem de forma significativa. Os pequenos avanços se transformam em grandes sucessos quando cada um trabalha com o outro.

Compreendemos a educação como uma área de grande importância para nossa vida. Dessa maneira, as reflexões aqui apresentadas são importantes para nos alertar de que precisamos de olhares mais atentos para a implementação da educação inclusiva nos ambientes escolares, tendo em vista que ela é indispensável para o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos. Acreditamos que a educação inclusiva poderá ser implementada a medida em que sejam efetivadas ações comprometidas com o ideal de uma educação para todos, ao invés de práticas de “fazer de conta”, como as que vemos em tantos ambientes escolares.

Não só o docente é importante para o desenvolvimento educacional dos alunos, mas ele é uma peça fundamental, que poderá desencadear ações muito significativas para o sucesso educacional de seus educandos ou poderá negligenciá-los, culpando o sistema. É ele que marca grande parte da trajetória educacional das pessoas de forma negativa ou

positiva, então trabalhemos para que tenhamos cada vez mais docentes comprometidos com o desenvolvimento de uma educação significativa para todos.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Brasília, maio 2000.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em 11 dez. 2014.

BELAN, I.; FERNANDES, L.A. Reflexões sobre a importância e a colaboração da Educação Física em instituições especializadas em Síndrome de Down de Campinas – SP. 2006. 58 f. Monografia (graduação em Educação Física)- Faculdade Metropolitanas de Campinas (Metrocamp), curso de Educação Física, Campinas - SP, 2006.

CARVALHO, Rosita Elder. *Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: M. T. E. MANTOAN; R. G. PIETRO (orgs.) **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006a.

\_\_\_\_\_, Maria Teresa Eglér. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. In: RODRIGUES, D. *Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006b.

\_\_\_\_\_, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? – 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006c.

\_\_\_\_\_, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_, Maria Teresa Eglér. Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva. IN: GAIO, Roberta & MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora Senac, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensinando a turma toda. In **Pátio**, nº 20, Fev/Abril 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.